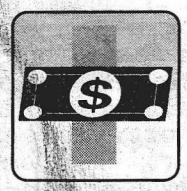
FNS pagou salários de 'fantasmas'

REGINA ELEUTÉRIO



A Fundação Nacional de Saúde (FNS) repassou a entidades filantrópicas verbas para o pagamento de agentes sanitários que não existiam. A constatação foi feita, nesta semana, por técnicos da fundação, que investigam irregularidades nos convênios com a Associação Bahiana de Beneficência (ABB) e a Associação Filantrópica Educacional Santa Bernadete (Afesb), intermediárias na contratação de pessoal. Segundo a fundação, dos 3.949 contratados da Afesb, pelo menos 80 referiam-se a vagas não preenchidas cujos salários, apesar disso, eram repassados mensalmente. Por força do convênio, deveriam ter sido devolvidos à FNS.

Na auditoria, foi constatado ainda que um dos contratados trabalhava no escritório de um deputado, embora oficialmente estivesse lotado na Procuradoria Jurídica. Os auditores vão investigar agora a existência de funcionários "fantasmas" entre os listados.

A inexistência de 80 funcionários (2% do total) é sinônimo de lucro certo para as associações. Em valores de julho, a Santa Bernadete receberia R$ 2,19 milhões (incluindo salário-base, ajuda de custo e direitos trabalhistas). Se 80 vagas não estavam preenchidas, significa que a FNS pagaria, desnecessariamente, R$ 43.800.

A Afesb informou que o presidente que assinou o contrato, Carlos Melo de Castro Filho, desapareceu. O diretor financeiro da ABB, José Casali Filho, disse desconhecer a existência de "fantasmas" e afirmou que quem fazia a lista de pessoal era a FNS. Segundo ele, a associação recebia 2% a título de administração — um pagamento não oficial, já que o contrato com a FNS não previa qualquer taxa de administração. A fonte dos lucros, segundo ele, era outra:

— A FNS repassava a parte que o empregador teria que pagar ao INSS. Por ser filantrópica, a ABB está isenta desse pagamento.

Ao ser alertado de que, nesse caso, o lucro seria maior, já que o empregador paga mais do que 2%, declarou:

— É, paga cerca de 10%, mas a ABB não tinha estrutura para esse contrato e teve que contratar pessoal, empresa de contabilidade, comprar ar condicionado, mesa e telefone para atender aos contratados. Depois das despesas, só sobraram 2%

●BRASVIT — A empresa Brasvit informou que entregou os 292 mil litros de larvicida Temefós à FNS e que, se sumiram, foi após a entrega.

Marcelo Regua

O prédio, na Avenida Itaoca 1.985: aluguel de R$ 953 por dois andares

Há 2 anos sindicatos pedem auditoria nas contratações

Há pelo menos dois anos, sindicatos de contratados em diferentes munícipios do Estado já protocolaram, na Fundação Nacional de Saúde, pedido de auditoria em todas as entidades que intermediavam a contratação dos guardas sanitários — da Famerj a entidades filantrópicas, passando pelas prefeituras.

Desde a contratação pela Federação das Associações de Moradores do Rio (Famerj), em 1991, eles não recebem os direitos trabalhistas, apesar de a FNS fazer o repasse destes valores. A Associação Bahiana foi a única a pagar os direitos, mas calculado sobre um salário-mínimo. Se as denúncias começam no desvio de verbas acabam sempre na outra ponta: a falta de condições de trabalho. Eles reclamam que nunca receberam luvas, botas, óculos ou máscaras de proteção — embora a FNS afirme que são de uso obrigatório. Os uniformes não resistiram a seis anos de atividades. Hoje, cada um veste a roupa que pode e nem todos têm o emblema da FNS para retirar de uma camiseta e costurar em outra.

Eles denunciam que, em 91, apesar de ter sido anunciada a contratação de dez mil guardas sanitários — com a aquisição de equipamentos para este contingente — somente 4.400 foram contratados.

Fundação sem fundo

COMO se saúde pública, neste país, fosse o próprio território da abundância, a Fundação Nacional de Saúde conseguiu acumular, no Rio, um estoque de máscaras para matamosquitos que, se não fossem inapropriadas para o uso, dariam para o gasto até o século XXIII.

A FUNDAÇÃO também conseguiu comprar, de uma só vez, mais de 70 mil pilhas grandes para lanterna, o que faz lembrar uma situação de guerra; e ainda precisa explicar o sumiço de 292 mil quilos de larvicida, pagos mas não recebidos.

COMO se vê, guerra, de fato, houve: contra o bolso do contribuinte; e contra a própria saúde, saqueada desta maneira em recursos essenciais.